

O verdadeiro pacto

JORNAL DE BRASÍLIA

Entra a Constituinte, a partir de agora e até o dia 4 de janeiro, numa espécie de "recesso branco", sem que se tenha chegado a um acordo que permita a aprovação das mudanças no regimento interno ainda este ano. O deputado Ulysses Guimarães chegou a convocar uma nova sessão para a próxima terça-feira, a fim de retomar a discussão do regimento, mas o gesto do presidente da Constituinte tem um sentido meramente simbólico: ele quer demonstrar, e com razão, que fez tudo o que lhe foi possível para conseguir o acordo. Se não se atingiu esse objetivo, a responsabilidade deve ser imputada, de um lado, aos representantes do "Centrão", e de outro, aos setores de esquerda que não concordaram com as exigências da maioria.

A falta de um acordo para a votação das mudanças no regimento, ainda este ano, deverá levar a um atraso substancial nos trabalhos da Constituinte. A previsão do deputado Ulysses Guimarães, de que a nova Constituição estaria aprovada e promulgada provavelmente em fevereiro, passa a ser um sonho de noite de verão. Na melhor das hipóteses, e se não houver outros acidentes de percurso, a nova Constituição só estará pronta em abril ou maio do próximo ano.

Numa primeira análise, as divergências do "Centrão" com os

setores de esquerda fazem supor que virão dias agitados por aí. Se não foi possível chegar a um acordo sobre uma questão preliminar, como o regimento interno, muito mais difícil será conciliar o interesse das duas partes quando estiverem em votação os pontos mais polêmicos do projeto de Constituição, como a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho, a aposentadoria integral. Nesse quadro, não deixa de ser alentador o trabalho que começa a ser desenvolvido por um grupo de constituintes, de vários partidos, com a preocupação de encaminhar o entendimento em torno desses temas, de forma a permitir que as votações decisivas da Constituinte fluam mais rapidamente.

Este novo "grupo do entendimento" já consegue reunir, segundo seus integrantes, cerca de 70 constituintes de diferentes tendências políticas e ideológicas. Se não chega a ser um número expressivo, em termos de quantidade, o movimento já se justifica pelo seu caráter qualitativo — afinal, se não houver entendimento, não se poderá aprovar o projeto da nova Constituição. Está cada vez mais claro que nenhum grupo, por si só, poderá impor suas posições e interesses aos demais grupos representados na Constituinte. Nem mesmo o "Centrão", que chegou a atingir o quórum de 280 assina-

turas durante a votação do regimento, está seguro de poder repetir a façanha quando começar a fase decisiva do plenário.

Supondo que isso fosse possível, ainda assim não seria uma proposta política interessante. Uma Constituição que se pretende duradoura não pode nascer do apoio de uma maioria escassa, ainda que seja absoluta. O ideal seria poder chegar, através da negociação, a um projeto que, se não agradasse inteiramente, pelo menos satisfizesse a 70 ou 80% dos constituintes, que firmariam em torno dele uma espécie de pacto. Ficaria caracterizado, assim, o apoio de uma sólida maioria a um projeto contestado apenas por setores nitidamente minoritários. Afinal, a unanimidade, em política, é um objetivo quase sempre inatingível.

Não se espera que o novo grupo do entendimento consiga uma solução "pactuada" em relação ao mandato presidencial e ao sistema de Governo. Mas, ainda assim, seria desejável que sua proposta fosse abrangente a ponto de inserir no pacto a figura do presidente José Sarney. O processo da transição política está chegando ao fim — e, para ser concluído com segurança, não pode prescindir da colaboração de um de seus principais artífices.